



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal

Conselho de Cultura do Distrito Federal

ATA - SECEC/GAB/CCDF

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CULTURA DO DF - 2024

No dia 12 de março de 2024 foi realizada, presencialmente, no auditório da Biblioteca Nacional, das 18h às 21h, a 5ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Cultura do Distrito Federal, com a presença dos seguintes Conselheiros(as):

Wellington Rocha Nascimento (Presidente) - Conselheiro Titular da Sociedade Civil;
José Carlos Prestes da Rocha Júnior (Vice-presidente) - Conselheiro Titular do Poder Público;
Carolina Ribeiro - Conselheira Titular da Sociedade Civil;
Giovana Ribeiro Pereira - Conselheira Titular do Poder Público;
Luiz Felipe Vitelli Peixoto - Conselheiro Titular da Sociedade Civil;
Neidelen Regina de Macedo Nobre - Conselheira Titular da Sociedade Civil;
Rosa Carla Monteiro de Oliveira - Conselheira Titular do Poder Público;
Shurama Pinheiro Toledo - Conselheira Suplente do Poder Público;

A assessoria foi realizada por mim, Bianca Herrero, Secretária Executiva do Conselho de Cultura do Distrito Federal.

O Presidente do Conselho de Cultura do Distrito Federal, o Sr. Wellington Rocha, deu início à reunião ordinária às 18h10.

ORDEM DO DIA:

O Presidente do Conselho de Cultura do DF (CCDF) deu início à reunião, enfatizando a importância de seguir as normas de participação e o tempo regimental para uma reunião produtiva. Reforçou que todos os participantes devem se manifestar usando o microfone para assegurar a captura adequada das falas.

ESCUA CCDF:

Representante da comunidade questionou sobre a abertura do FAC Conexão para 2024 e solicitou uma audiência pública para discutir as demandas específicas. Bem como quanto a reforma do Teatro da Praça, em Taguatinga, e a necessidade de acompanhar o progresso da reforma e fornecer o suporte necessário. Findando questionamento quanto a pendência na publicação da nomeação da conselheira representante da cadeira de educação, solicitada em março do ano passado pelo CRC de Itaguatinga. Sendo pedido uma atualização e a possibilidade de votação para oficializar a nomeação. A conselheira Neide Nobre destacou a necessidade de apoio à reforma do Teatro da Praça e solicitou uma confirmação oficial da cadeira de representante da educação. Sendo dever deste Conselho dar suporte. Também propôs a realização de uma audiência pública para discutir o FAC Conexão. O Conselheiro Vitelli reafirmou a necessidade quanto a definição do rito, seguido anuente do Presidente do Conselho.

O Sr. Luiz Fernando solicitou a definição do processo de nomeação dos conselheiros natos e as vagas para o poder público dentro do CRC, pedindo clareza sobre os ritos necessários.

O delegado cultural surdo Luerge, representante das pessoas com deficiência, por meio da tradutora de libras, trouxe a pauta de acessibilidade e ressaltou a falta de atenção à acessibilidade em eventos culturais e pediu uma investigação sobre a inclusão de pessoas com deficiência nos projetos culturais, salientando pontos cruciais quanto ao cachê, por exemplo. O Presidente Wellington ressaltou que esta foi uma pauta do plano distrital da 4ª Conferência Nacional de Cultura, destacando a participação significativa de todos os setores culturais. A conselheira Carol informou sobre a criação de um comitê de ações e políticas afirmativas, que seria publicado no Diário Oficial em breve. Convidou o delegado Luerge a participar do comitê e ressaltou a importância de uma abordagem mais assertiva em relação à acessibilidade.

A agente cultural Rita Andrade expressou perplexidade pela ausência do Presidente do Conselho durante o evento, sugerindo a necessidade de uma retratação pública e uma reunião extraordinária para avaliar a participação e discutir as pautas distritais não abordadas na conferência.

A Conselheira Neide pede votação como proposta de uma data nesta reunião a fim de agendar pauta única quanto a reunião de avaliação da 4ª Conferência proposta acima. O Presidente Wellington colocou que não vai abrir pra votação pois será firmado em reunião fechada futura para acerto de agendas entre os Conselheiros.

Mestre Benedito Fernandes Almeida trouxe à tona questões sobre o Teatro de Sobradinho, que passou por uma reforma recente. Relatou dificuldades encontradas ao tentar agendar o uso do espaço para atividades culturais, destacando que houve restrições quanto à prioridade de uso. Solicitou ao Conselho de Cultura do DF que revisasse essa política de uso, enfatizando a necessidade de garantir o acesso à comunidade e às escolas, além de promover a utilização por outros grupos culturais. Trouxe também a situação do Polo de Cinema e Vídeo do DF, que está em estado de conservação insatisfatório. Destacou a necessidade urgente de manutenção e limpeza do espaço, bem como a importância de sua utilização para a realização de cursos profissionalizantes e atividades culturais. Pediu o apoio do Conselho para que o polo funcione de acordo com sua proposta de ser um centro de atividades culturais e educacionais relevantes para a comunidade. A Conselheira Neide informou que, como moradora de Sobradinho, fez um questionamento à Regional de Ensino sobre a descontinuação das oficinas culturais no Teatro de Sobradinho. Foi assegurado que a questão será revisada com atenção. Destacou que, apesar de o Teatro de Sobradinho ser gerido pela Secretaria de Educação e utilizado principalmente como auditório escolar, há uma demanda significativa para que o espaço seja utilizado também para eventos culturais. Essa situação precisa ser alinhada para que o teatro possa ser efetivamente usado para atividades culturais. A luta pela adequação do uso do espaço cultural será acompanhada de perto. Quanto ao Polo de Cinema e Vídeo do DF, relatou que, na gestão anterior, foi apresentado um projeto para transformar o polo em uma escola técnica de artes, mas o projeto não foi considerado. A atual gestão sinalizou disposição para receber e avaliar novos projetos da comunidade, e Rita solicitou que essa informação fosse registrada em ata para que o Conselho possa acompanhar o progresso e trabalhar para transformar o espaço em um polo de arte.

Carla Testa, do Bloco do Prazer e do coletivo Praça dos Prazeres, expressou sua insatisfação com a organização e gestão do Carnaval de Brasília. Destacou a falta de transparência e o atropelo de processos relacionados ao evento. Pediu a convocação de uma reunião com o secretário de Cultura, o Conselho, e os deputados que alocaram verba para o carnaval (Deputado Fábio Félix, Deputado Max Maciel e Deputado Gabriel Magno) para discutir as dúvidas e questões sobre o evento. Carla pediu maior transparência e uma abordagem mais estruturada para o planejamento e execução do carnaval. E pediu uma revisão dessas questões. O Sr. Rafael concordou com a crítica feita por Carla Testa, destacando que a situação do carnaval é recorrente e a retórica das gestões não tem mudado ao longo dos anos. Rafael mencionou que, apesar das trocas de gestão, a organização do carnaval continua insatisfatória e que a falta de planejamento e de respeito com os blocos carnavalescos e com a cultura é evidente.

Henrique Sercegama retoma a pauta de avaliação da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Ele enfatizou a necessidade de um balanço detalhado dos eventos e das dificuldades enfrentadas pela delegação do DF durante a conferência. Henrique mencionou que a intenção não é realizar uma "caça às bruxas", mas sim entender e corrigir as falhas que impediram a delegação de se manifestar adequadamente e de receber o suporte necessário, como alimentação e mobilidade.

Ele destacou a importância de abordar essas questões para melhorar a participação futura e garantir que todos os envolvidos, especialmente os artistas e profissionais culturais, tenham a voz e os recursos que merecem. Henrique também mencionou a necessidade de discutir a falta de acesso à documentação e informações importantes, como o caderno do Distrito Federal, e de entender o que causou a ausência de alguns responsáveis em reuniões importantes.

A Conselheira Rosa, esclareceu que o caderno do Distrito Federal foi enviado ao MINC dentro do prazo estipulado. Ela informou que o MINC questionou o relatório por considerá-lo extenso e sugeriu uma redução. A Conselheira explicou que o secretário de Cultura, por meio de um ofício, alegou que a alteração do relatório não poderia ser realizada pela Secretaria de Cultura, uma vez que o documento foi construído coletivamente com os delegados da regional. O ofício solicitava que o relatório fosse acolhido na forma original, sem alterações feitas pela Secretaria. Cabendo por somente a plenária da regional da 4ª qualquer alteração se decidido fosse.

O Presidente Wellington reitera que o CCDF também não poderia fazê-lo em respeito a plenária, não cabendo tal alteração monocrática.

O Conselheiro Prestes fala do questionamento do MINC quanto a formatação, Destacando falas das organizadoras, Cris Ramírez e Fernanda Morgani, que apontaram quanto a necessidade de representantes do Ministério estarem presentes para evitar problemas posteriores. Sendo a formatação diversa uma decisão dos delegados, e quando fora solicitado alteração fora esclarecido que esta foi uma decisão de plenária, não sendo cabível esta alteração pela Secretaria, e que o mesmo orientou o Secretário enquanto instituição em não macular a plenária.

PONTO DE PAUTA ÚNICA: CARNAVAL

O Presidente ressaltou a importância de priorizar a discussão sobre o Carnaval e assegurou que os conselheiros presentes focariam na agenda específica para este evento.

O conselheiro Prestes informou que houve uma reunião recente com o pessoal ARUC sobre a adequação do Carnaval para o ano de 2025. Uma nova reunião está agendada para o dia 25, com as ligas de escolas de samba, para discutir a organização e os preparativos para o Carnaval 2025. Destacou que a Secretaria de Cultura está bastante envolvida e entusiasta do Carnaval das escolas de samba, que teve uma queda significativa de envolvimento desde 2014. E que será realizada uma reunião ampliada para discutir o Carnaval como um todo, incluindo blocos e plataformas, e explorar possibilidades de financiamento, inclusive a potencial participação da LIC (Lei de Incentivo à Cultura).

O Sr. Luiz Fernando, conhecido como Fernando Chocolate, expressou sua insatisfação com a exclusão de uma pessoa com deficiência de um grupo da escola de samba, onde ele atua como intérprete. Ele solicitou uma retratação da escola e da Liga das Escolas de Samba, destacando que a exclusão é inadmissível, especialmente em um contexto onde a inclusão de pessoas com deficiência é uma prioridade. Solicitando retratação da Liga. Ressaltando a importância da inclusão e da transparência, especialmente em relação ao uso de verbas públicas.

O Conselheiro Prestes a clara informações administrativas dos recursos trazendo exemplo dos recursos do Edital FAC Carnavalesco 2022 informando que os recursos do edital FAC Carnavalesco para o Carnaval de 2022 foram repassados aos contemplados, mas não foram utilizados devido à mudança na dinâmica do Carnaval para o meio do ano de 2023. Ocorrendo prorrogação dos Recursos. Os recursos do edital, que têm validade de dois anos, foram prorrogados até novembro de 2024. O dinheiro está em conta corrente ou de investimento e será utilizado para o Carnaval 2025. Referente a Prestação de Contas a administração pública verifica a conformidade dos gastos durante a prestação de contas, realizada pelo Conselho de Administração do FAC. O recurso destinado ao Carnaval das Escolas de Samba de 2022, que não foi utilizado, está agora disponível até novembro de 2024, conforme a prorrogação solicitada. O edital original tinha um valor de R\$ 1.000.000,00, mais rendimentos. E diante da extinção do Ceilão Bódromo e a mudança na dinâmica do evento, fora necessária uma readequação do plano de trabalho para utilizar esses recursos no Carnaval 2025. A proposta de readequação será submetida ao CAFAC para aprovação. O valor total disponível, incluindo rendimentos, será parte do esforço para organizar o

Carnaval das Escolas de Samba em 2025. No entanto, o montante não é suficiente por si só para cobrir todas as despesas, e esforços adicionais serão necessários para garantir o sucesso do evento.

Rafael Fernandes, presidente da Aruc desde 2020, fez sua audiodescrição e abordou a necessidade de discutir a situação atual do Carnaval. Ele mencionou a reunião com o secretário Cláudio Abrantes e outros representantes, destacando a necessidade de revisar e ajustar propostas de forma mais organizada. Reiterou a necessidade de uma retratação e maior respeito à inclusão de pessoas com deficiência nas atividades culturais, e solicitou mais transparência e esclarecimento sobre o uso dos recursos destinados ao Carnaval e outros aspectos administrativos. Retoma o histórico sobre o Carnaval e Desfiles das Escolas de Samba trazendo que o desfile de 2023 foi realizado em abril, em comemoração ao aniversário da cidade, o que inicialmente parecia uma boa proposta, mas acabou sendo prejudicado por uma série de fatores, incluindo a denúncia ao Tribunal de Contas e a suspensão do processo. O evento foi realizado em junho, mas a data não foi ideal devido ao frio e à concorrência com festas juninas, resultando em baixa participação do público e um desfile pouco satisfatório. As escolas de samba enfrentaram dificuldades devido ao período prolongado sem desfiles, fragilizando suas comunidades e recursos, especialmente na aquisição de materiais de grandes centros como Rio e São Paulo. Fragilidades na formação e cursos, que durante 2023, a gestão da secretaria priorizou a Escola de Carnaval, oferecendo cursos com a curadoria de Milton Cunha e outros profissionais do Rio de Janeiro. No entanto, a duração das oficinas foi considerada breve e não suficientemente aprofundada para atender às necessidades das escolas de samba.

No que tange ao decreto que regulamentou a lei do carnaval foi criticado por não ter sido dialogado com as escolas e o segmento cultural. A nova regulamentação deu destaque excessivo à Escola de Carnaval sem considerar adequadamente as especificidades das escolas de samba e dos blocos.

Foi sugerido que a nova regulamentação da lei do carnaval deve atender de forma específica tanto as escolas de samba quanto os blocos. Recomenda-se a realização de debates separados para abordar as necessidades distintas desses dois segmentos, com foco na reconstrução e fortalecimento das escolas de samba antes de dialogar com os blocos.

É necessário um fortalecimento interno das escolas de samba, considerando as fragilidades enfrentadas. As propostas devem considerar a especificidade das escolas de samba e buscar soluções adequadas para garantir a sua revitalização e sucesso no Carnaval 2025. Após o fortalecimento das escolas de samba, será importante promover o diálogo com os blocos, considerando suas particularidades e necessidades. Pontuando que a A proposta inicial de abril foi vista como uma boa alternativa para evitar a concorrência com os grandes centros de carnaval, como Rio e São Paulo. No entanto, a execução não foi satisfatória devido a vários fatores, incluindo a denúncia ao Tribunal de Contas e a suspensão do processo, resultando em um desfile em junho que não atendeu às expectativas. Finaliza que a proposta para o Carnaval de 2025 do Secretário Cláudio Abrantes é da realização dos desfiles uma semana antes do período carnavalesco oficial. Essa proposta busca evitar a concorrência com os desfiles das grandes cidades e adequar o calendário de desfiles às necessidades das escolas de Brasília, similar ao que acontece em cidades como Vitória e Florianópolis. Sendo enfatizada a necessidade de planejamento e alocação orçamentária antecipada para garantir a qualidade dos desfiles. A sugestão é que, no segundo semestre de 2024, o edital seja publicado e que os procedimentos necessários sejam realizados para que, entre outubro e novembro, as escolas recebam os recursos necessários para a construção das alegorias e preparação dos desfiles. Essa antecipação é crucial para a qualidade do desfile, que demanda pelo menos três a cinco meses de preparação.

Foi levantada a necessidade de revisar o decreto que regulamenta a lei do carnaval. A proposta é refazer o decreto para melhor atender às especificidades das escolas de samba e dos blocos. A revisão deve considerar o feedback dos diversos segmentos envolvidos e ajustar as regulamentações para uma execução mais eficiente e adequada. De acordo com o último capítulo do decreto, compete à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF expedir atos regulamentares complementares. Assim, há possibilidade de ajustes no decreto para atender às demandas das escolas e blocos, conforme discutido com Cláudio François Chacar.

O Conselheiro Prestes colocou que o secretário Cláudio Abrantes concordou com a possibilidade de revisão do decreto e indicou que a Secretaria de Cultura pode emitir atos regulamentares

complementares, conforme previsto no último capítulo do decreto atual. Enfatizando que o Carnaval não é apenas uma celebração, mas também um motor econômico significativo para as cidades, gerando retorno financeiro substancial através de turismo, emprego e comércio.

A Conselheira Giovana destacou que o Carnaval de escolas de samba, especialmente no Rio de Janeiro, depende fortemente da participação e mobilização das comunidades. A preparação para o carnaval deve começar com antecedência para envolver a comunidade de maneira efetiva, o que é fundamental para o sucesso do evento.

Conselheira Neide ressalta a falta de Consulta Pública o que resultou na institucionalização da escola de carnaval de forma inadequada às necessidades dos carnavalescos. Pontuando também a necessidade de que as escolas de samba tenham sedes fixas para garantir o envolvimento contínuo com a comunidade. Sem esses espaços, as escolas enfrentam dificuldades para armazenar materiais e realizar atividades ao longo do ano. E propõe o envolvimento das Administrações Regionais para buscar soluções e abrir diálogos sobre a situação das escolas de samba e blocos, incluindo a busca por espaços fixos e a revisão de legislações que impactam o carnaval.

O Conselheiro Prestes faz um aparte quanto a competência de vários órgãos do governo, citando exemplos de outras linguagens culturais como os do Via Sacra do Cristo Negro em Samambaia e o Movimento Junino, que não têm espaços próprios para suas atividades. E os desafios do Tombamento, revisão de cursos, mas os locais passam por debates fundiários. E que o Conselho pode até ouvir, mas que não é função do Conselho, podendo chamar ao debate os demais órgãos, como incluindo CEDAB, IPHAN, TERRA CAP, SEDHU e DF Legal, quanto a garantia destes espaços, mas não temos como Conselho de Cultura a capacidade funcional de resolver. Inclusive com a Secretaria de Segurança Pública atuando em parceria, e não como coordenadora principal. Finaliza dizendo que o Secretário Abrantes quer criar um Grupo de Trabalho (GT) permanente para acompanhar e coordenar as atividades relacionadas ao Carnaval, facilitando a comunicação entre os diversos órgãos e grupos envolvidos.

A Sra. Letícia Helena se apresentou como membro de várias organizações ligadas ao Carnaval, incluindo o Bloco do Amor, e a campanha Folia com Respeito. Ela também faz parte do Observatório do Carnaval da OAB-DF e está envolvida em processos de levantamento e escuta sobre as experiências do Carnaval de 2024. Enfatizou a importância de realizar uma análise detalhada do Carnaval de 2024, destacando a necessidade de ouvir as experiências dos blocos, especialmente aqueles que foram beneficiados e aqueles que não foram. Essa análise ajudará a identificar problemas e melhorar a organização do Carnaval para 2025. Relatou a dificuldade enfrentada por muitos blocos, incluindo o Bloco do Amor, que, mesmo após ser contemplado no chamamento público, enfrentou grandes desafios financeiros e operacionais devido à falta de recursos e prazos apertados para contratação de fornecedores. Destacou que o processo de chamamento foi complicado e que muitos blocos ainda estão lidando com a prestação de contas. Observou que o edital contemplou um número muito limitado de blocos em comparação ao grande número existente no DF, o que contribui para a desigualdade no acesso aos recursos. Pediu maior representatividade e apoio para os blocos que operam fora das áreas centrais e que não têm sede ou infraestrutura para eventos ao longo do ano. A proposta é que cada região administrativa tenha a oportunidade de organizar seu próprio Carnaval, garantindo maior inclusão e diversidade. Ausência de Planejamento Antecipado, para que os blocos possam garantir a contratação de serviços e a preparação adequada. A falta de previsibilidade e subsídios impacta negativamente na capacidade de realização dos blocos quanto a recursos e logísticas, bem como a Burocratização e Fiscalização com as OSC(Organizações da Sociedade Civil). Revisão do Decreto. Concluindo pela necessidade de maior participação e inclusão de todos os blocos e comunidades na organização e no processo de escuta, além de um acompanhamento mais atento às questões de acessibilidade. Ela pediu que o Conselho e a Secretaria de Cultura levem em consideração essas questões para melhorar o Carnaval em 2025.

Luerj relatou a experiência positiva do Carnaval do ano passado, destacando a inclusão e acessibilidade oferecidas pelo Bloco do Prazer, que teve intérpretes, rampas de acesso, banheiros adequados e uma abordagem sensível às necessidades dos deficientes. No entanto, expressou descontentamento com a ausência de blocos semelhantes no ano de 2024 e a redução na participação de surdos. Ressaltando o bloco do prazer no carnaval de 2023 ao qual teve acesso, não realizando este mesmo acesso no carnaval de 2024. Pediu ao Conselho que aumente a atenção a sensibilidade em relação às necessidades dos

deficientes e surdos, para garantir uma experiência de Carnaval mais inclusiva e acessível no próximo ano. A importância de incluir feedback de usuários deficientes na organização dos eventos foi ressaltada. Pontuou que poucos surdos trabalharam reclamando da ação da OSC Amigos do Futuro.

Baiana expressou preocupação com a nomeação da avenida do Carnaval em homenagem a Marcelo Sena e questionou a adequação da escolha. Destacou a importância de um processo mais transparente e bem fundamentado para tais decisões. Baiana sugeriu a criação de um setorial de Carnaval que inclua representantes de cada escola de samba, para garantir que todas as partes envolvidas tenham voz e possam participar efetivamente das discussões e decisões. Reforçou que a responsabilidade deve ser compartilhada e que os membros do setorial devem ter um papel ativo nas decisões relacionadas ao Carnaval. Salientando necessidade de capacitação e engajamento de diversas atividades ao longo do ano. Fez um apelo para que a Secretaria de Cultura e os conselhos regionais incluam representantes das escolas de samba em suas discussões decisões. Defendeu a importância de ter uma representação que compreenda a cultura local e os desafios enfrentados pelas escolas.

Rita Andrade enfatizou a necessidade de o Conselho de Cultura assumir um papel mais ativo e protagonista na defesa dos interesses das escolas de samba. Destacou que é essencial que o Conselho trabalhe para garantir espaços adequados para as escolas e que essa responsabilidade não fique apenas nas mãos das próprias escolas. Reiterou a importância de garantir que as escolas de samba tenham seus próprios galpões e terreiros, argumentando que essa é uma questão fundamental para a continuidade e o sucesso do Carnaval. Destacando que as escolas de samba desempenham um papel fundamental na transmissão de cultura e saberes populares, incluindo música, figurinos e cenários. Elas são vistas como instituições formadoras de pessoas e profissionais, e contribuem para a preservação e promoção da maior festa popular do mundo. Reforçou-se a necessidade de garantir espaços permanentes para as escolas de samba, para evitar que materiais se percam e para permitir uma melhor organização e planejamento dos desfiles. Foi sugerido que o Conselho de Cultura deve atuar como um protagonista nesta questão, pressionando para que se criem essas infraestruturas.

Retomado o debate aos Conselheiros comentaram Proposta de Modelo Híbrido para o Carnaval, e outros eventos culturais, que combine licitação para estruturas físicas com fomentos para aspectos criativos. Comentário sobre a Lei 13019 (lei da MROSC) verso a entendimentos dos Órgãos de Controle, e que estes não possuem entendimento finalístico do que foi alcançado o que alimenta esta Burocratização.

A discussão abordou a ideia de premiações como uma forma de simplificar processos, comparando com o modelo de gestão de recursos por meio de fomentos e licitações. A reflexão sobre o impacto de diferentes modelos de gestão nas políticas públicas e na administração de recursos foi destacada.

A discussão abordou a ideia de premiações como uma forma de simplificar processos, comparando com o modelo de gestão de recursos por meio de fomentos e licitações. A reflexão sobre o impacto de diferentes modelos de gestão nas políticas públicas e na administração de recursos foi destacada. E reflexão do que pode ser licitado, do que pode ser termo de fomento.

Dani Neri representou o Bloco de Pífanos Venturinha de Canudo, destacou a trajetória e a luta do bloco para se manter ativo e relevante. O bloco, que existe há 20 anos, enfrenta desafios para se estabelecer no plano piloto e busca apoio para continuar sua trajetória cultural. Foram apresentadas preocupações sobre a inclusão e a participação de diferentes blocos e entidades culturais no carnaval e em outros eventos. A necessidade de maior inclusão e apoio para os grupos menores e tradicionais foi destacada. Relata que apesar de ter sido contemplado no edital, o bloco enfrentou sérios desafios burocráticos e financeiros. Dani destacou a pressão e as ameaças recebidas, especialmente relacionadas à liberação dos trajetos e às exigências impostas. Pautando dificuldades e prejuízos, com o custo de produção saindo do bolso dos organizadores. As ameaças recebidas e a falta de apoio institucional foram mencionadas como problemas graves, especialmente relacionadas à liberação dos trajetos e às exigências impostas.

Azulmeira Inês, presidente da Escola de Samba Longe do Areal e Águas Claras, compartilhou sua experiência com o carnaval. Ela destacou sua trajetória no samba, desde o Rio de Janeiro até Brasília, onde está há 33 anos. Ela relatou seu envolvimento com o carnaval local, começando com a Vila Planalto e a Norte, e sua atual atuação com a Longe do Areal. Enfatizou a importância da estrutura para a realização do carnaval. Ela mencionou que, sem o apoio adequado do governo, é impossível realizar o carnaval de forma satisfatória. Relatou que, no passado, o governo Rolemer forneceu a estrutura

necessária para a realização do evento, mas que, atualmente, a falta de apoio e de estrutura continua sendo um problema significativo. Mencionou também dificuldades com os comerciantes de Águas Claras, que se mostraram relutantes em apoiar o carnaval. Isso adicionou uma camada extra de dificuldade para a realização do evento. Ela pediu uma revisão e uma discussão mais ampla sobre como o circuito foi estabelecido e como ele representa ou não a diversidade dos grupos carnavalescos.

Rodrigo relatou os desafios enfrentados na organização de eventos carnavalescos, especialmente a falta de estrutura e apoio financeiro adequado. Ele destacou as dificuldades em obter permissões e lidar com a burocracia, como os trâmites envolvendo a Secretaria de Segurança e outras instâncias. Comparou a situação do carnaval em Brasília com a do Rio de Janeiro, mencionando a existência de barracões e estruturas permanentes para as escolas de samba no Rio. Ele questionou por que em Brasília, fora da Aruana e Asa Norte, as escolas não têm locais próprios para guardar seus materiais e realizar suas atividades. A necessidade de um sistema mais eficiente e um apoio contínuo para os grupos carnavalescos, de forma a garantir a continuidade e a qualidade do evento. Ele pediu uma análise das práticas atuais e a busca de soluções para melhorar a infraestrutura e o suporte. Despejo de autônomos pelo DF Legal.

Rafael, presidente da ARUC, mencionou a importância de uma maior organização e reconhecimento das escolas de samba locais. Ele observou que a falta de um setorial específico para escolas de samba, ao contrário das quadrilhas de festa junina, contribui para a falta de apoio e estrutura para essas escolas.

Santa Surda (Amanda), fez uma audiodescrição de sua aparência para inclusão de todos os presentes. Ela mencionou sua parceria com Luedji e seu desejo de compartilhar opiniões e contribuir para as discussões em andamento. Fez um convite para que os participantes considerem suas perspectivas e como elas podem se encaixar nas discussões sobre a cultura e o carnaval de Brasília. Levantou questões importantes sobre a inclusão de pessoas com deficiência no carnaval. Ela destacou a necessidade de acessibilidade para deficientes, e criticou a falta de motivação e valorização desses profissionais, bem como condições de trabalho, mencionou exemplos de baixos salários e condições inadequadas de trabalho para deficientes e artistas surdos. Que o trabalho seja remunerado de forma justa. Santa Surda também expressou esperança de que a situação melhore no futuro e que haja um esforço conjunto para garantir melhores condições e oportunidades para todos. O Conselho propôs um direcionamento pela Secretaria de Cultura para formalizar estas Denúncias graves.

Carla Testa, artista e doutora cultural de Brasília, representante do Bloco do Prazer e do coletivo Praça dos Brasileiros, fez um apelo fervoroso para a melhoria das condições de trabalho no carnaval e na cultura em geral, destacando que muitos deficientes são convidados para trabalhos gratuitos ou mal remunerados, como intérpretes e divulgadores de eventos, sob a premissa de que eles deveriam aceitar por serem carentes de oportunidades. Esse comportamento desvaloriza os profissionais e perpetua a exploração. Concluindo críticas ao Chamamento Público, falta de transparência, dificuldades enfrentadas por blocos, incluindo problemas na comprovação de participação e recursos. Destacou a necessidade de melhorar a transparência e a comunicação com as OSCs em comparação com o FAC, mencionou que o FAC oferecia maior transparência comparado aos processos atuais, sugerindo que a gestão do Carnaval poderia ser mais eficiente e aberta.

Daniela, presente na reunião, explicou que a falta de oportunidades faz com que muitos deficientes se submetam a condições de trabalho indignas, acreditando ser essa a única opção disponível. Isso tem gerado uma situação alarmante de desvalorização e exploração.

Os Conselheiros finalizam salientando a importância desta reunião e pontuam deliberações e encaminhamentos.

Deliberações e Encaminhamentos:

1) Revisão do Decreto: A Secretaria de Cultura será provocada por **Recomendação do CCDF** a revisar o decreto para alinhar melhor com as necessidades das escolas de samba e dos blocos. O Presidente sugere consulta no googleform para a comunidade cultural. Proposta aprovado por unanimidade.

2) Proposta de Avaliação do Carnaval de 2024: Conselheira Giovanna sugeriu a realização de uma reunião específica para a avaliação do Carnaval de 2024. A proposta é que esta reunião inclua todas as instâncias envolvidas e seja conduzida com a participação de representantes dos blocos e das partes interessadas. O objetivo é avaliar os aspectos do evento e considerar melhorias para o próximo ano. Encaminhamento: O Conselho recomendará à Secretaria de Cultura a realização de uma reunião de avaliação do Carnaval de 2024. Essa reunião deverá ser convocada para discutir o desempenho e as dificuldades encontradas, permitindo uma reflexão abrangente e a formulação de propostas para melhorias. Proposta aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

O Presidente do Conselho concluiu com um agradecimento a todos os participantes pelo empenho e pelas contribuições. Foi reforçado o compromisso do Conselho em promover melhorias contínuas e garantir que as práticas culturais e de trabalho estejam alinhadas com os princípios de justiça e equidade.



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Rocha do Nascimento, Usuário Externo**, em 27/08/2024, às 22:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROSA CARLA MONTEIRO DE OLIVEIRA - Matr.0255103-9, Chefe da Assessoria Administrativa**, em 29/08/2024, às 22:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CARLOS PRESTES DA ROCHA JÚNIOR - Matr.0127521-6, Subsecretário(a) de Fomento e Incentivo Cultural substituto(a)**, em 30/08/2024, às 13:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Vitelli Peixoto, Usuário Externo**, em 30/08/2024, às 14:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neidelená Regina de Macedo Nobre, Usuário Externo**, em 30/08/2024, às 21:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GIOVANA RIBEIRO PEREIRA - Matr.0240566-0, Analista de Atividades Culturais**, em 02/09/2024, às 10:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SHURAMA PINHEIRO TOLEDO - Matr.0254729-5, Coordenador(a) de Projetos e Eventos Especiais**, em 09/09/2024, às 11:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Ribeiro, Usuário Externo**, em 10/09/2024, às 15:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **136002999** código CRC= **3DBACE8C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor Cultural Sul, Lote 2 - Edifício da Biblioteca Nacional - Bairro Asa Sul - CEP 70070-150 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.cultura.df.gov.br

00150-00000452/2024-44

Doc. SEI/GDF 136002999